

INRC - INVENTÁRIO NACIONAL DE REFERÊNCIAS CULTURAIS		CÓDIGO DA FICHA			
FICHA DE IDENTIFICAÇÃO		RJ	RJ	01	10
LOCALIDADE		F11	01		
		UF	SÍTIO	Loc.	ANO
				FICHA	NO.

1. LOCALIZAÇÃO

SÍTIO	Rio de Janeiro (Estado)
LOCALIDADE	Rio de Janeiro (Município)
MUNICÍPIO / UF	Rio de Janeiro / RJ

2. FOTOS

OBS.: PARA LISTA COMPLETA DAS FOTOS INVENTARIADAS, CONSULTAR O **ANEXO 2: REGISTROS AUDIOVISUAIS**.



Corcovado.

Fonte: *Rio – guia oficial*. Disponível em: <http://www.rioguiaoficial.com.br/>. Acesso em: 10 jul. 2010.



Praia de Copacabana.

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: LOCALIDADE	RJ	RJ	01	10	F11	01
---	-----------	-----------	-----------	-----------	------------	-----------

Fonte: *Rio – guia oficial*. Disponível em: <http://www.rioguiaoficial.com.br/>. Acesso em: 10 jul. 2010.



Caminho para a Vista Chinesa – Floresta da Tijuca.

Fonte: *Tijuca-Rj – O seu bairro na internet*. Disponível em: <http://www.tijuca-rj.com.br/v02/pracas-e-jardins/floresta-da-tijuca/>. Acesso em: 10 jul. 2010.

3. REFERÊNCIAS CULTURAIS

OBS.: PARA LISTA COMPLETA DOS BENS INVENTARIADOS, CONSULTAR O **ANEXO 3: BENS CULTURAIS INVENTARIADOS**.

SÍNTESE

Os Terreiros:

Ilê Asé Omó Iná;
Bate-Folha;
Ilê Asé Ode Iulê;
Ilê Asé Yatopé;
Ilê Asé Igbá Ode;
Inzo Ia Nzambi – Ngana Kingongo;
Ilê Asé Lissá Vodun;
Ilê Asé Oyá Funké (Engenho Velho-Ketu);
Ilê Obá Nilá (Gantois-Ketu);

4. DESCRIÇÃO

OBS.: PARA LISTA COMPLETA DOS DOCUMENTOS ESCRITOS INVENTARIADOS, CONSULTAR O **ANEXO 1: BIBLIOGRAFIA**.

4.1. POPULAÇÃO E LOCALIZAÇÃO

População residente no Estado e no Município do Rio de Janeiro

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: LOCALIDADE**RJ****RJ****01****10****F11****01**

Data	01.09.1980	01.09.1991	01.09.2000
Estado do Rio de Janeiro	11 291 520	12 807 706	14 391 262
Município do Rio de Janeiro	5 090 790	5 480 778	5 857 904

Fonte: *Portal do Armazém de Dados da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro*. Disponível em: <http://www.armazemdedados.rio.rj.gov.br/>. Acesso em: 10 jul. 2010.

4.2. PAISAGEM NATURAL E MEIO AMBIENTE

Área territorial (1) (ha)	Espaços ajardinados e livres					
	Total geral	Praça	Largo	Jardim	Parque (2)	Outro(3)
122 456 034	2 175	1 868	152	85	54	16

Fonte: *Portal do Armazém de Dados da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro*. Disponível em: <http://www.armazemdedados.rio.rj.gov.br/>. Acesso em: 10 jul. 2010.

4.3. MARCOS EDIFICADOS

Bem Preservado no Município do Rio de Janeiro que se relaciona com os Terreiros de Candomblé

(Fonte: Lista dos Bens Preservados, IPHAN, 2009)

ACERVO DO MUSEU DA MAGIA NEGRA, ATUAL MUSEU DA POLÍCIA CIVIL

LOCALIZADO NA ACADEMIA ESTADUAL DE POLÍCIA SÍLVIO TERRA - RUA FREI CANECA, 162 – CENTRO

PROCESSO N.º 035-T-38 / INSCRIÇÃO N.º 01 LIVRO DO TOMBO ARQUEOLÓGICO, ETNOGRÁFICO E PAISAGÍSTICO, FOLHA 02

DATA: 05/05/38

Bens Preservados no Estado do Rio de Janeiro que se relacionam com os Terreiros de Candomblé

(Fonte: Lista dos Bens Preservados, IPHAN, 2009)

JONGO DO SUDESTE

PROCESSO N.º 5.763/2004-43

LIVRO DE REGISTRO DE FORMAS DE EXPRESSÃO VOLUME I FOLHA 5 DATA: 15/12/2005

MATRIZES DO SAMBA NO RIO DE JANEIRO: PARTIDO ALTO, SAMBA DE TERREIRO E SAMBA-ENREDO

PROCESSO N.º 11.404/2004-25

LIVRO DE REGISTRO DE FORMAS DE EXPRESSÃO VOLUME I FOLHA 8 DATA: 20/11/2007

OFÍCIO DOS MESTRES DE CAPOEIRA

PROCESSO N.º 2.863/2006-80

LIVRO DE REGISTRO DOS SABERES VOLUME I FOLHA 8 DATA: 21/10/2008

RODA DE CAPOEIRA

PROCESSO N.º 2.863/2006-80

LIVRO DE REGISTRO DE FORMAS DE EXPRESSÃO VOLUME I FOLHA 9 DATA: 21/10/2008

BENS INVENTARIADOS

TERREIROS DE CANDOMBLÉ DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: LOCALIDADE	RJ	RJ	01	10	F11	01
---	-----------	-----------	-----------	-----------	------------	-----------

5. FORMAÇÃO HISTÓRICA

OBS.: PARA LISTA COMPLETA DAS FONTES INVENTARIADAS, CONSULTAR O **ANEXO 1: BIBLIOGRAFIA**.

5.1. RESUMO

A expedição de Gaspar Lemos, primeira enviada ao Brasil, adentrou em 1502 no que se pensou ser a foz de um rio, ao qual chamaram Rio de Janeiro. Hoje sabemos que esta área abrange a entrada da Baía de Guanabara. O território hoje ocupado pelo Estado ficava nas Capitânicas de São Vicente e São Tomé. Em 1555 a região é invadida pelos franceses, que iniciam sua ocupação comandada pelo vice-comandante Villegagnon. O Governador Geral Mem de Sá expulsou os franceses em 1560, mas alguns deles conseguiram fugir e retornaram após a volta do governador a Salvador.

No primeiro dia de março de 1565, o Capitão Mor Estácio de Sá funda a cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro entre os morros Pão de açúcar e Cara de Cão. Inicia-se, então, um segundo conflito com os franceses que durou até a expulsão destes em 1567, quando a cidade é realocada para o Morro do Castelo.

Em 1572, a colônia se subdivide em dois governos: Salvador e Rio de Janeiro. Durante o século XVII, dá-se início à construção dos primeiros engenhos de cana-de-açúcar, a principal atividade econômica, seguida pelo Pau Brasil, sal e pesca. No século XVIII, com a corrida pelo ouro das Gerais, o Rio de Janeiro passa a ser ponto de partida e entreposto de passagem, juntamente com a capitania de São Vicente.

Em 1763, através de Carta Régia, a Coroa transfere a capital da colônia de Salvador para o Rio de Janeiro. Porém, no fim do século, a decadência da mineração desloca a economia novamente à lavoura açucareira, principalmente em Campos.

Em março de 1808 a família Real e a Corte portuguesa chega no Rio de Janeiro. Assim, a cidade passa por uma ampla reforma para se adequar ao modo de viver da corte européia. Em 1815, o Brasil se torna Reino Unido a Portugal e Algarves, sendo o Rio de Janeiro a única capital sul-americana a ter governado um país europeu até os dias atuais.

Ainda no século XIX, o café cultivado em Angra dos Reis, Parati, do Vale do Paraíba até as encostas da serra fluminense passa a ser a principal atividade econômica. Alguns anos à frente, já tendo a independência proclamada, o imperador D. Pedro I decide abdicar de seu trono em 1834. No mesmo ano, a Lei Ato Adicional separa da Província a cidade do Rio de Janeiro, que passa a ser denominada Município Neutro. A cidade de Niterói passa a capital da Província. A separação durou até 15/3/1875.

Por iniciativa do Barão de Mauá, a fim de facilitar o escoamento da produção açucareira, é construída a primeira Estrada de Ferro do Brasil (1854) ligando o porto de Mauá (atual Magé) à Raiz da Serra da Estrela (Petrópolis). Em pouco tempo mais nove municípios seriam servidos por esta via férrea. A Província do Rio de Janeiro permaneceu como a maior produtora de café do País até a abolição da escravidão, quando a produção entra em crise.

Em 1889, após a Proclamação da República, a Província passa a se chamar Estado do Rio de Janeiro e o município neutro, Distrito Federal. Em 1894, a capital do Estado é transferida para Petrópolis, retornando nove anos depois a Niterói.

No início do século XX, o Rio de Janeiro perde sua importância para São Paulo e Minas Gerais. Algumas regiões substituem o café por pecuária. Inicia-se o cultivo de banana e laranja em escala econômica na baixada fluminense, além das atividades tradicionais.

Em 1941 é inaugurada a Companhia Siderúrgica Nacional, em Volta Redonda. Durante a década de 1950, a produção industrial aumenta e se moderniza com a inauguração de fábricas, indústrias e hidrelétricas. No ano de 1960 o Rio de Janeiro deixa de ser a capital do país, que é transferida para Brasília. O antigo distrito federal torna-se Estado da Guanabara e em 15/3/1975 funde-se o então Estado da Guanabara com o Estado do Rio de Janeiro.

(Fonte: FERREIRA, João da Costa. *Coleção Memória do Rio*. Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 1933)

5.2. CRONOLOGIA

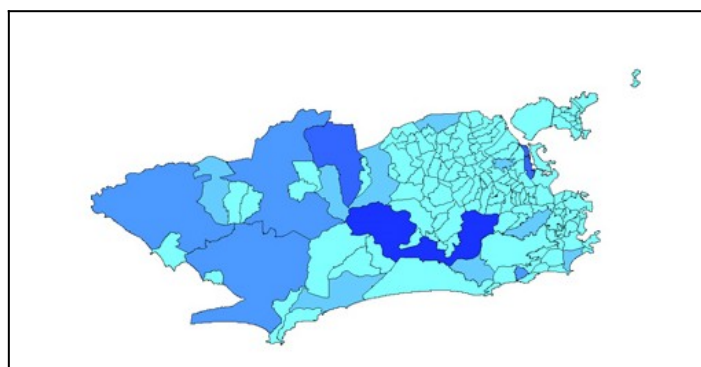
DATA	EVENTO
1/1/1502	Chegada dos portugueses.

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: LOCALIDADE		RJ	RJ	01	10	F11	01
------------------------------------	--	----	----	----	----	-----	----

1531	Inicia-se efetivamente a colonização.
1555	Início da ocupação francesa.
1/3/ 1565	Fundação da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro.
1567	Fim da ocupação francesa.
1763	A Coroa transfere o governo da colônia de Salvador para o Rio de Janeiro.
1808	Chegada da família Real portuguesa.
1/ 8/ 1834	A Lei Ato Adicional separa da Província a cidade do Rio de Janeiro.
15/3/1875	Fim da separação entre Província e Cidade.
1889	A Província passa a se chamar Estado do Rio de Janeiro e o município neutro, Distrito Federal.
1894	A capital do Estado é transferida de Niterói para Petrópolis.
1903	A capital volta a ser Niterói.
1960	Transferência da capital para Brasília.
15/3/1975	Funde-se o Estado do Rio de Janeiro com o Estado da Guanabara.

6. PLANTAS, MAPAS E CROQUIS

Mapa do Município do Rio de Janeiro



Fonte: CEDERJ – Fundação Centro de Ciências e Educação Superior a Distância do Estado do Rio de Janeiro. Disponível em: http://www.cederj.edu.br/atlas/rio_janeiro_tab4.htm. Acesso em: 10 jul. 2010.

7. Legislação

INSTRUMENTOS DE PROTEÇÃO AMBIENTAL E PATRIMONIAL E DE PLANEJAMENTO

O município do Rio de Janeiro está submetido às Legislações Estadual, Municipal e Federal de proteção ao patrimônio.

Quanto à **Legislação Estadual**, podemos citar:

- Decreto-Lei nº 2, de 11 de abril de 1969, que define os Bens Integrantes do Patrimônio Histórico, Artístico e Paisagístico do Estado da Guanabara e institui medidas para a sua proteção;
- Lei nº 509, de 3 de dezembro de 1981, que dispõe sobre o Conselho Estadual de Tombamento e dá outras

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: LOCALIDADE	RJ	RJ	01	10	F11	01
---	-----------	-----------	-----------	-----------	------------	-----------

providências;

- Decreto nº 5.808, de 13 de julho de 1982, que regulamenta a Lei nº 509, de 03/12/1981, que dispõe sobre o Conselho Estadual de Tombamento e dá outras providências;

- Constituição do Estado do Rio de Janeiro, promulgada a 5 de outubro de 1989;

- Decreto nº 23.055, de 16 de abril de 1997, que dispõe sobre a Tutela do Patrimônio Cultural do Estado o Governador do Estado do Rio de Janeiro, no uso de suas atribuições legais.

Quanto à **Legislação Federal**, podemos citar:

- Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, que Organiza a Proteção do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional;

- Lei nº 3.924, de 26 de julho de 1961, que dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos.

- Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985, que disciplina a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio-ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico (VETADO) e dá outras providências;

- Constituição Federal, promulgada a 05 de outubro de 1988;

- Decreto nº 3.551 de 4 de agosto de 2000, que institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem Patrimônio Cultural Brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências.

Quanto à **Legislação Municipal**, podemos citar:

- Lei nº 166, de 25 de maio de 1980, que dispõe sobre o processo de tombamento e dá outras providências;

- Lei nº 487, de 4 de janeiro de 1984, que dispõe sobre a realização do inventário e cadastramento arquitetônico do município, e dá outras providências;

- Decreto nº 8511, de 15 de junho de 1989, que dispõe sobre a administração do patrimônio municipal.

8. AVALIAÇÃO E PERSPECTIVAS

8.1. PROBLEMAS E POSSIBILIDADES

A dificuldade de acesso a alguns terreiros.

8.2. RECOMENDAÇÕES

Projetos de salvaguarda dos terreiros que forem considerados patrimônio.

9. DOCUMENTOS ANEXADOS

OBS.: VER ANEXO 1: BIBLIOGRAFIA

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: LOCALIDADE	RJ	RJ	01	10	F11	01
---	-----------	-----------	-----------	-----------	------------	-----------

ANEXO 3: BENS CULTURAIS INVENTARIADOS	RJ_01_10_F1_A3
ANEXO 4: CONTATOS	RJ_01_10_F1_A4
FICHAS DE IDENTIFICAÇÃO DE BENS	F50 - Dote Luís de Iansã; F50 - Mameto Mabeji; F50 - Pai Alexandre de Oxossi; F50 - Oya Gindé; F50 - Mãe Regina de Oxossi; F50 - Mameto Madosã; F50 - Mãe Lissá; F50 - Pai Alberto de Yansã; F50 - Mãe Edelzuita de Oxalá.

10. IDENTIFICAÇÃO DA FICHA

PESQUISADOR(ES)	Fabiana Motta e Márcia Netto.		
SUPERVISOR	Mônica Costa		
REDATOR	Fabiana Motta.	DATA 10/07/2010	
RESPONSÁVEL PELO INVENTÁRIO	Mônica Costa.		